

Sobre Educação (Matemática) no campo: vozes de professores que atuam(ram) na região de Borebi/SP

Claudinéia Soto da Silva¹

GD5 – História da Matemática/Educação Matemática

Esta pesquisa tem por objetivo constituir uma versão histórica e tecer compreensões sobre a Educação (Matemática) que vem sendo praticada para o campo na região de Borebi/SP, a partir de narrativas de professores que atuam(ram) neste contexto. Este estudo está vinculado a um projeto amplo do grupo GHOEM – Grupo História Oral e Educação Matemática: Projeto “Mapeamento da Formação e Atuação de Professores de Matemática no Brasil”. Este projeto do grupo tem trazido para o debate acadêmico elementos de Educação (Matemática) como formação e atuação de professores em diferentes regiões geográficas, modalidades e níveis de ensino. Assim, buscou-se as contribuições da História Oral como metodologia que subsidiará esta pesquisa qualitativa para a realização das entrevistas. A história oral, enquanto método qualitativo nos permite compreender e constituir registros historiográficos para pesquisas de diversas áreas. Dessa forma, serão realizadas entrevistas com docentes que atuam(ram) em escolas rurais do município de Borebi-SP, a fim de tecer compreensões acerca da Educação do Campo a partir de narrativas que permitem a aproximação da experiência narrada pelo depoente e a apresentação de informações e significados socialmente vividos. A proposta de pesquisa, tem como foco uma região de conflitos agrários e de reforma agrária que pode trazer contribuições importantes e originais para a História da Educação Matemática brasileira.

Palavras-chave: Educação para o Campo; História da Educação Matemática; Formação de professores; História Oral.

Introdução

A educação do campo apresenta aspectos relevantes que devem ser explorados nas pesquisas que possibilitem compreendermos o seu contexto histórico. Assim, as experiências de professores que atuam(ram) em escolas do campo ou que atendam(ram) populações do campo constituem-se tema desta pesquisa. Para tanto, a ideia não é olhar para um material ou formação em específico, mas que, a partir de narrativas de professores que tenham estas experiências possamos tecer compreensões sobre questões relativas à Educação Matemática que vem sendo praticada no campo e à formação de professores (de Matemática) que têm atuado nestes espaços de formação.

Desse modo, nossa proposta de pesquisa é constituir uma versão histórica e tecer compreensões sobre a Educação (Matemática) que vem sendo praticada para o campo na região de Borebi/SP, a partir de narrativas de professores que atuam(ram) neste contexto.

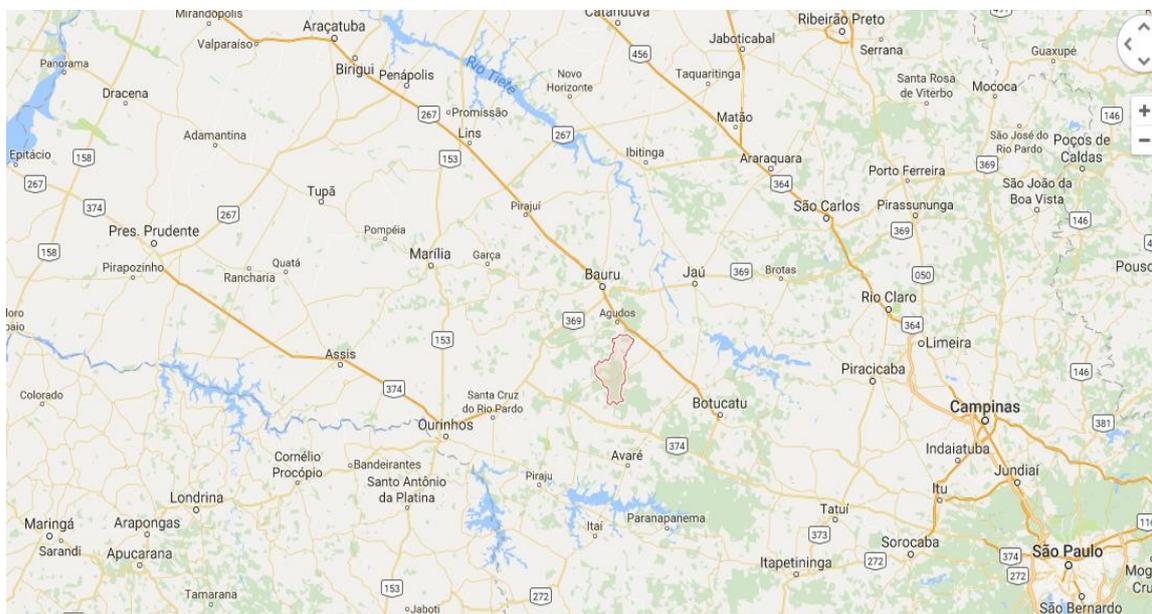
¹ Universidade Estadual Paulista- UNESP/ Bauru-SP, e-mail: claudineasoto@gmail.com, orientador: Dr^a. Maria Ednéia Martins Salandim.

Nossa questão de pesquisa é: O que os docentes que atuam(ram) em escolas rurais na região de Borebi-SP podem nos revelar sobre este espaço formativo?

A escolha desta região como foco de nossa pesquisa, deve-se ao fato de que ela possui registros de assentamentos vinculados à reforma agrária brasileira, assentamentos temporários resultantes de constantes conflitos do Movimento Sem Terra e por ser a pesquisadora, pedagoga e professora que vivencia esta realidade diariamente. Ainda que com pouco vínculo com o campo, a pesquisadora tem, como muitos da região, amigos, alunos e colegas de trabalho que vivem de atividades do campo, e, desta forma, bastante contato com esta temática.

Borebi é um município do interior do Estado de São Paulo, distante cerca de 300 km da capital e 40 km da cidade de Bauru/SP. É um município relativamente novo, criado nos anos de 1990, quando deixa de ser distrito de Lençóis Paulista- SP. Com uma área de aproximadamente 350km², é considerado um município de extensão média no Estado, com uma população com cerca de 2500 pessoas – figurando entre os menos populosos municípios paulistas.

Figura 1: Recorte mapa estado de São Paulo com destaque para o município de Borebi



Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em 11/Out./2016.

Atualmente não existem escolas rurais em funcionamento no município, os alunos que residem nos assentamentos, sítios ou fazendas da região deslocam-se diariamente até a escola urbana (EMEF Professora Iracema Leite e Silva) para estudar, essa escola é

estadual, sendo que além desta existem ainda no município uma creche e uma EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil) que funcionam em prédios distintos.

Muitos desses alunos acabam se responsabilizando por sua ida para a escola, pois os pais trabalham e não conseguem auxiliar a criança nesta fase, nem garantir sua permanência/ ida à escola. A acessibilidade à escola é garantida pelo município que disponibiliza transporte diário, porém, ainda são comuns casos de evasão. Embora Borebi-SP seja considerado um município pequeno e tranquilo, é notável questões de desigualdades sociais, carência de infraestrutura e saneamento básico nas áreas rurais, principalmente nos assentamentos, o que vai se tornando mais claro à medida que colocamos nosso foco em questões educacionais.

Os docentes que atuam nesta escola são, em sua maioria, de cidades vizinhas como Lençóis Paulista- SP, Agudos-SP, Bauru- SP e Macatuba- SP. Assim, diante de uma conversa informal com esses professores, foi possível compreender que alguns já atuaram em escolas rurais no município e quão válidas são as narrativas destes docentes, pois se trata de um período em que para muitos foi marcante e importante na carreira.

Questões vinculadas à educação voltada para populações que vivem no campo ou estão vinculadas a atividades do campo tem ganhado destaque em nosso país, tanto que na última década ações do Ministério da Educação – MEC têm sido direcionadas para a formação de professores do campo e, recentemente, têm sido criados cursos de graduação em educação no campo, com a intenção de superar noções geográficas e incorporar questões culturais e sociais relacionadas ao campo.

Visando alcançar nossos objetivos, entrevistaremos – assumindo referenciais da História Oral - professores que atuam(ram) em escolas do campo na região de Borebi- SP. A partir das narrativas produzidas com estes professores intencionamos compreender alguns aspectos, específicos ou não, da Educação Matemática que foram ou vem sendo praticada com estudantes com algum vínculo com o campo e sobre a formação destes professores – situados em um cenário de conflito pela terra e de políticas públicas voltadas para a educação no campo. Estes temas ressaltar-se, também carecerão de serem mais bem aprofundados/teorizados no desenvolvimento de nossa pesquisa.

Fundamentação teórica

Observa-se que poucos estudos são realizados no que diz respeito à educação rural. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9393/96 aponta no Artigo 28, a Educação Básica deve ser ofertada a população rural e os sistemas de ensino deverão promover as adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural de cada região. Dessa forma, os conteúdos curriculares e metodologias devem ser apropriados às necessidades e interesses dos alunos da zona rural e o calendário escolar deve estar adequado às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Neste sentido, o documento intitulado Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 288) aponta que:

Não se trata, é claro, da ideia errônea de pretender fixar o homem rural no campo, uma vez que o processo educativo deve criar oportunidades de desenvolvimento e realização pessoais e sociais; trata-se, entretanto, de trabalhar sobre as demandas e necessidades de melhoria sob vários aspectos: acesso, permanência, organização e funcionamento das escolas rurais, propostas pedagógicas inovadoras e apropriadas, transporte, reflexão e aperfeiçoamento das classes multisseriadas, enfim, construir uma Política Nacional de Educação do Campo.

A Educação do Campo não expulsará a população camponesa para as cidades, mas deve oferecer oportunidades aqueles que desejarem nela permanecer.

Muitas expressões foram utilizadas no decorrer dos anos quando se trata da educação para o desenvolvimento integral das zonas rurais tais como: “educação para o meio rural, ruralização do ensino, educação rural, escola rural, Educação básica nas escolas do campo” (BRASIL, 2013, p. 287), porém a que trataremos nesta pesquisa será Educação do Campo.

Assim, Barbosa (2014) ressalta que pensar em educação no meio rural, é pensar uma “educação no campo”. Porém é preciso pensar na “educação do campo”, vinculada às questões inerentes a sua realidade, adequando o projeto político- pedagógico às causas, desafios, história e cultura dos trabalhadores do campo. Assim o termo “no”, refere-se ao direito a educação no lugar onde vive e “do” o direito a educação vinculada à cultura e necessidades humanas e sociais.

De acordo com a Resolução CNE/ CEB de 03 de Abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, a identidade da escola do campo é definida pelo vínculo com sua realidade, aos saberes dos estudantes, a

rede de ciência e tecnologia presentes na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que visem à qualidade social.

Art. 4º O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (BRASIL, 2002, p. 01).

A organização das escolas rurais paulistas das décadas de 1960 e 1970 apresentavam diferentes aspectos. Segundo Garnica e Martins (2006) essa organização dependia do local de instalação e do apoio que recebiam da comunidade, muitas escolas dispunham apenas de uma sala, sem a existência de sanitários, cozinha ou pátio, sendo que o local para instalação dessas escolas era cedido pelos proprietários rurais.

Diante deste pressuposto, é possível afirmar que a luta dos trabalhadores do campo esteve presente em nosso país desde a colonização, assim, a Educação do Campo deriva dessas lutas e motivações. “Foi dessa forma que a educação e a escolarização dos trabalhadores do campo e seus filhos passaram a integrar a pauta dos movimentos sociais do campo.” (BRASIL, 2014, p. 08). Tendo em vista a educação rural, ela precisa necessariamente estar voltada para ao contexto do campo, do trabalho e da vida dos que a ele pertencem.

Neste sentido Brasil (2014) destaca que em 1997 foi realizado o I ENERA (Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária), promovido pelo Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Universidade de Brasília (UnB). Neste evento foram ressaltados entidades e movimentos sociais que trabalham com educação no meio rural, a formação e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação que atuam nas escolas do meio rural, e foi discutida a problemática da escolarização no meio rural relacionando os desafios de construção de um projeto de desenvolvimento para o país, bem como a elaboração de uma proposta de Educação Básica do Campo. O ENERA resultou na “certidão de nascimento” de um movimento de âmbito nacional pela Educação

do Campo, uma carta manifesto denominada: “Manifesto das educadoras e dos educadores da Reforma Agrária ao povo brasileiro”, onde é apontado que:

(...) 12- Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, comum projeto político- pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa. (...). (BRASIL, 2014, p. 10).

Dessa forma, nossa discussão não se limita apenas a implantação de escolas no campo, mas escolas do campo, com espaço adequado e um projeto político- pedagógico que possa estar vinculado às causas, desafios, história e cultura do povo trabalhador. A população camponesa tem uma identidade social própria conferida pela profissão que exerce, de modo que as funções agrícolas são marginalizadas em relação às urbanas. Martins-Salandim (2007) destaca que essa “marginalização” vinculada a uma “exclusão”, esclarece que o ensino rural não é excluído do sistema de ensino em geral. O termo marginalização “(...) designará tanto as escolas rurais e o ensino nela ministrado, quanto os profissionais e alunos que vivenciaram estas instituições de ensino.” (MARTINS-SALANDIM, 2007, p. 169).

O preconceito que contribui para essa marginalização do ensino agrícola refere-se às atividades rurais desempenhadas por aqueles que residem nas áreas rurais. Assim, com a revolução industrial o trabalho passa a ser mais técnico e especializado e a civilização em consonância com tais mudanças, passa a ser tecnológica. (MARTINS-SALANDIM, 2007). Contudo, essas mudanças afetaram a vida no campo e a economia agrícola precisou integrar-se a indústria.

Observou-se que a Educação do Campo foi influenciada diretamente por diversos fatores que acabaram urbanizando a educação, portanto nesta pesquisa buscaremos resgatar e analisar o impacto desses fatores e os aspectos que ainda permeiam a Educação do Campo ou que a tornam marginalizada.

Metodologia

Apresentaremos aqui a metodologia que subsidiará esta pesquisa qualitativa, sendo relevantes as contribuições da História Oral. “Utilizada mais comumente na História e nas Ciências Sociais, a história oral traz consigo uma intenção comum a qualquer área que dela

se utiliza: a valorização de narrativas orais como fontes de pesquisa.” (SILVA e SOUZA, 2007, p. 141).

Dessa forma, as narrativas permitem a interpretação livre pelo leitor e possibilitam a aproximação da experiência narrada pelo depoente e a apresentação de informações e significados socialmente vividos.

Como narrar é uma das maneiras de constituir as coisas (os “acontecimentos”, as “experiências”), o trabalho com as narrativas em história oral, incluindo todos os seus procedimentos, acaba sendo “um exercício de tornar explícitas (ou, de outra forma, menos ‘racional’ – sensíveis!)” as “aproximações” com as formas como as coisas são constituídas. (SILVA e SOUZA, 2007, p. 144).

A história oral, conforme aponta Garnica e Souza (2012), enquanto método qualitativo nos permite compreender e constituir registros historiográficos para pesquisas de diversas áreas. “A história oral cria fontes que diversas tramas qualitativas de pesquisa permitem explorar”. (GARNICA e SOUZA, 2012, p. 97). Assim, a história oral contribui para o desenvolvimento de procedimentos metodológicos que possibilitam produzir novos conhecimentos.

Podemos afirmar que a história oral é uma metodologia de pesquisa que envolve a criação de fontes a partir da oralidade e analisa de forma coerente sua fundamentação, indicando questões geradoras de pesquisa e abordagens de análises. Assim, ALBERTI, FERNANDES e FERREIRA (2000, p. 13) ressaltam:

O desafio da história oral nesse sentido é mostrar, diferentemente do que costuma ser consagrado, que a memória não é apenas ideológica, mitológica e não confiável, mas sim um instrumento de luta para conquistar a igualdade social e garantir o direito às identidades.

A história oral não apresenta um rigor específico a ser seguido, caberá ao pesquisador interpretar os testemunhos orais, refletindo e analisando as informações, respeitando as memórias dos depoentes. “As entrevistas de história oral também permitem explorar aspectos da experiência histórica que raramente são registrados (...) oferecem uma rica evidência sobre os verdadeiros significados subjetivos, ou pessoais, de eventos passados (...)” (ALBERTI, FERNANDES e FERREIRA, 2000, p. 51).

Para a viabilidade desta pesquisa e elencando as discussões e estudos realizados pelo GHOEM, utilizaremos os procedimentos de seleção dos depoentes, visto que a pesquisadora possui contato com alguns no ambiente de trabalho, uma sondagem de possíveis entrevistas a serem gravadas que constituirão como registro da pesquisa,

posteriormente a transformação do documento oral em escrito: a transcrição literal, a textualização e a “legitimação” (o documento textualizado retorna aos depoentes para conferência e posterior cessão de direitos de uso pelo pesquisador) e assim, o momento de análise, onde buscaremos a consonância aos objetivos propostos. (SILVA e SOUZA, 2007).

A realização de entrevista pensada na história oral não possui, portanto, somente o intuito de obter informações acerca de um dado tema, mas coloca-se como um meio de produzir documentos históricos (orais e escritos) a serem disponibilizados ao público, independente de áreas. (SILVA e SOUZA, 2007, p. 157).

Assim, pretende-se por meio deste estudo realizar uma pesquisa qualitativa, a qual Tozoni-Reis (2007) defende a ideia de que na produção de conhecimentos humanos e sociais interessa mais compreender e interpretar os conteúdos, do que descrevê-los, pois é possível um aprofundamento daquilo que é aparente no mundo dos significados e das ações humanas. Garnica e Souza (2012) destacam que é no processo de desenvolvimento que a história oral passa a estudar s grupos e populações ressaltando a realidade.

Com base nas discussões anteriores, pretende-se realizar entrevistas com professores que atuam(ram) no município ou na região de Borebi-SP. Sabe-se, por conversas informais entre a pesquisadora e esses docentes, de questões ocorridas durante o período em que atuaram em escolas rurais, sendo consideradas informações relevantes para os estudos já realizados pelo GHOEM. Diante deste pressuposto, cabe apontar que:

É nesse sentido que concebemos a metodologia de pesquisa História Oral como potencialidade para pesquisas em Educação Matemática, por propiciar compreensões que não seriam possíveis apenas a partir de registros escritos. As fontes, em História Oral, são produzidas não apenas por – ou a partir de – pessoas já consideradas centrais pelos documentos oficiais ou por eles referenciadas, mas por uma vasta gama de atores que vivenciaram uma determinada situação: para a História Oral, todos são atores – e autores – em potencial. (MARTINS-SALANDIM, 2007, p. 170.).

As fontes orais possuem informações tão relevantes quanto os registros escritos, portanto, conhecer, interpretar, analisar e refletir sobre as informações que elas nos fornecem podem revelar aspectos que não foram observados socialmente e culturalmente, contribuindo com novos conceitos e conhecimentos historicamente construídos.

Em posse das narrativas desses depoentes, analisaremos o período histórico e as compreensões sobre Educação (Matemática) que foram ou vem sendo praticadas nestes

contextos a fim de constituir significados e apresentar aspectos relevantes que possam contribuir com a história da Educação Matemática.

Resultados e discussões

Esta pesquisa está em andamento e pretendemos vincular este estudo a um projeto amplo do grupo GHOEM – Grupo História Oral e Educação Matemática: Projeto “Mapeamento da Formação e Atuação de Professores de Matemática no Brasil”. Este projeto do grupo tem trazido para o debate acadêmico elementos de Educação (Matemática) como formação e atuação de professores em diferentes regiões geográficas, períodos, contextos, cenários, níveis e tipos de escolarização (educação básica, ensino superior, educação rural, ensino técnico etc.). Assim, julgamos que nossa proposta de pesquisa, que tem como foco uma região de conflitos agrários e de reforma agrária, pode ser vinculada e trazer contribuições importantes e originais para este amplo projeto e para a História da Educação Matemática brasileira.

Relevância

Esta pesquisa é também, uma possibilidade de continuidade de estudos já iniciados, inclusive no âmbito do grupo de pesquisa GHOEM, sobre a temática educação do campo. Já foram investigadas questões relativas tanto à formação e atuação de professores de escolas rurais nas cercanias da década de 1970 (MARTINS, 2003) quanto em escolas agrícolas paulistas (MARTINS-SALANDIM, 2012). Questões atuais e relativas à educação do campo foram estudadas por Barbosa (2014) quando se propôs compreender a Matemática na educação do campo. Outras pesquisas, mais vinculadas a questões da Etnomatemática, têm sido desenvolvidas e podem ser mobilizadas, sempre que necessário, no desenvolvimento desta nossa pesquisa. Por outro lado, tanto pesquisadores quanto alguns documentos oficiais ressaltam a marginalização da educação do campo em nosso sistema escolar.

A preocupação com a Educação do Campo é recente no Brasil, embora o país tenha tido origem e predominância agrária em boa parte de sua história. Por isso, as políticas públicas de educação, quando chegaram ao campo, apresentaram-se com conceitos urbanocêntricos: a escola rural nada mais foi do que a extensão no campo da escola urbana, quanto aos currículos, aos professores e supervisão. (BRASIL, 2013, p. 288).

Estes são alguns exemplos da vitalidade do tema e mesmo da carência de pesquisas acadêmicas relativas à Educação (Matemática) do Campo.

Além desta aproximação e vinculação a um grupo de pesquisa e ao campo da Educação Matemática, a pesquisadora atua como professora na Educação Básica e já tem contatos com questões de atendimento escolar da população do campo nesta região. Destacamos que a pesquisadora já possui conhecimento sobre quais escolas urbanas atendem estas populações; quais são os projetos educacionais e sociais do município de Borebi-SP, voltados para estas populações; quais os assentamentos de reforma agrária na região; e sobre como ocorre a mobilidade das famílias. Dessa forma, este estudo nos fornecerá elementos relevantes para compreendermos a Educação Matemática em diferentes contextos econômicos, sociais e culturais os quais contemplam a educação do campo.

Referências

ALBERTI, V.; FERNANDES, T.M.; FERREIRA, M.M.; (Org.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

BARBOSA, L.N.S.C. **Entendimentos a respeito da matemática na educação do campo**: questões sobre currículo. Doutorado (Educação Matemática), IGCE, Programa de Pós Graduação em Educação Matemática, IGCE, UNESP, Rio Claro, 2014.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____, **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Matemática do Campo**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília-DF: MEC, SEB, 2014.

_____, **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Brasília- DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/legislacao>. Acesso em 05/07/2016.

GARNICA, A.V.M.; MARTINS, M.E. Educação e Educação Matemática em escolas rurais do Oeste Paulista: um olhar histórico. **ZETETIKE** – Cempem – FE – Unicamp – v. 14 – n. 25 – Jan./Jun. – 2006, p. 29-64.

GARNICA, A. V. M.; SOUZA, L.A.; **Elementos de história da educação Matemática.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MARTINS, M. E. **Resgate histórico da formação e atuação de professores de escolas rurais:** um estudo no oeste paulista. 2003. 260 páginas. Iniciação Científica (Licenciatura em Matemática). UNESP, Bauru.

MARTINS-SALANDIM, M. E. **Escolas Técnicas Agrícolas e Educação Matemática:** história, práticas e Marginalidade. 2007. 265f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

SILVA, H.; SOUZA, L. A.; História Oral na Pesquisa em Educação Matemática. **Boletim de Educação Matemática**, vol. 20, núm. 28, 2007, pp. 139-162. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2912/291221871008.pdf>. Acesso em 07/07/2016.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia de pesquisa científica.** Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2007.